

Outubro 2024

EIXO 2 – DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA INTERNACIONAL

Ondas Globais de Mudança: Traçando a Ascensão e o Declínio da Democracia

Brigitte Weiffen



Ficha Técnica

Coordenação Geral

Cláudia Alvarenga Marconi - *Coordenadora Acadêmica*

Rafael de Souza Nascimento Miranda - *Coordenação Executiva*

Coordenação dos Eixos de Pesquisa

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi

União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen

Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto

Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos

Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Sobre os autores

Brigitte Weiffen

Doutora em Ciência Política pela Universität Tübingen, Alemanha. Professora Associada (Senior Lecturer) no Departamento de Política e Estudos Internacionais, The Open University, Reino Unido. Foi titular da Cátedra Martius de Estudos Alemães e Europeus na Universidade de São Paulo (2015-2020), com financiamento do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD). Especialista em democratização e promoção da democracia, direitos humanos na política internacional, organizações regionais, segurança regional e gestão de conflitos e crises, com foco particular na América Latina e Europa.

E-mail: brigitte.weiffen@open.ac.uk

Índice

Sumário Executivo.....	6
Introdução.....	7
A expansão da democracia no século XX.....	7
O retrocesso da democracia no início do século XXI.....	9
Explicando a expansão da democracia.....	10
Influências internacionais na democratização.....	11
Promoção da democracia.....	13
Explicando o retrocesso da democracia.....	15
Influências internacionais na autocratização.....	16
O retrocesso contra a promoção da democracia.....	17
Conclusão.....	18
Referências bibliográficas.....	19

Sumário Executivo

Cinquenta anos após a Revolução dos Cravos em Portugal, que marcou o início da chamada “terceira onda” de democratização, a democracia está em crise. O aumento do populismo, do nacionalismo e do autoritarismo desafia cada vez mais as normas democráticas. Assim como a disseminação da democracia no século XX, a atual crise da democracia é um fenômeno internacional. Este relatório, portanto, examina como os fatores internacionais moldaram os processos de democratização e autocratização e por que o ambiente internacional se tornou menos favorável à democracia desde o início do século XXI. Após a introdução, o relatório traça os altos e baixos da democracia desde meados do século XX e apresenta diferentes maneiras de descrever as tendências de democratização e autocratização. Subsequentemente, o relatório analisa as explicações para a expansão da democracia no século XX e o retrocesso da democracia no início do século XXI, prestando atenção especialmente a como os fatores internacionais moldaram os regimes políticos domésticos.

Introdução¹

O ano de 2024 marca o 50º aniversário da Revolução dos Cravos, que não só encerrou a ditadura em Portugal, mas também deu início a uma onda de democratização ao redor do mundo, incluindo na América Latina. No entanto, mais de duas décadas após o início do século XXI, um aumento do nacionalismo, do autoritarismo e do populismo tem, indiscutivelmente, desafiado a ordem internacional liberal que foi estabelecida após a Segunda Guerra Mundial e se expandiu rapidamente após o fim da Guerra Fria. A democracia entrou em crise. Com a presidência de Trump nos Estados Unidos, o voto do Brexit no Reino Unido, a expansão dos movimentos de extrema-direita na Europa, as ações autoritárias de Erdoğan na Turquia, o nacionalismo hindu militante na Índia de Modi, os ataques de Bolsonaro às instituições democráticas no Brasil e desenvolvimentos semelhantes em muitos outros lugares, a autocratização se espalhou por todos os cantos do globo. Assim como a disseminação da democracia no século XX, a crise da democracia é um fenômeno internacional.

O aniversário oferece um momento de reflexão sobre as relações entre a União Europeia e o Brasil no contexto desses desenvolvimentos políticos globais. Para o Brasil e a UE, reconhecer a importância histórica das transições democráticas na Europa e na América Latina pode aprofundar a compreensão mútua e a cooperação no enfrentamento dos desafios contemporâneos, como o populismo, o nacionalismo, o autoritarismo e a proteção das instituições democráticas.

À luz dessas observações, este relatório investiga como fatores externos moldaram os processos de democratização e autocratização e se, e por que, o ambiente internacional se tornou menos favorável à democracia desde o início do século XXI. As duas seções seguintes deste relatório traçam os altos e baixos da democracia desde meados do século XX e apresentam várias maneiras de descrever as tendências de democratização e autocratização. Subsequentemente, o relatório analisa como a expansão da democracia no século XX e a resistência contra a democracia no início do século XXI podem ser explicados. Com foco nas ondas mais recentes de democratização e autocratização, atenção especial é dada a como fatores internacionais moldaram os regimes políticos domésticos.

¹ Este relatório é uma versão adaptada de material didático de um curso de pós-graduação a distância, “Relações Internacionais” (International Relations), da The Open University (<https://www.open.ac.uk/postgraduate/modules/d818>). Agradeço o apoio de Júlia Battistuzzi Penachioni na tradução para o português.

A expansão da democracia no século XX

Desde que os antigos gregos cunharam pela primeira vez o termo ‘democracia’ para denotar um sistema de governo em que o povo detém o poder para direcionar as atividades do estado, seu significado evoluiu consideravelmente. O entendimento mais difundido de democracia hoje é o da democracia liberal, que combina instituições eleitorais que traduzem as visões populares em políticas públicas com instituições liberais que protegem o estado de direito e garantem direitos individuais, como liberdade de expressão, imprensa, associação e religião, a todos os cidadãos, incluindo minorias étnicas e religiosas (Mounk 2018; Fukuyama 2022).

Ao longo do século XX, cada vez mais países passaram por uma transição democrática – isto é, um processo em que governantes autoritários são substituídos por líderes eleitos em eleições livres e justas. Especialmente nas décadas de 1980 e 1990, o número de democracias aumentou significativamente, e essa tendência continuou até o início do século XXI. No entanto, muitos países voltaram ao autoritarismo em algum momento, o que ilustra que as transições para a democracia não são um caminho de mão única e que a disseminação global da democracia também é incerta. Desde meados da década de 2010, uma tendência contrária à expansão mais recente da democracia não pode mais ser ignorada. O retrocesso democrático² e a expansão das autocracias levaram estudiosos e analistas a se preocuparem com uma crise global da democracia.

Observando que as transições democráticas se acumularam em certos momentos, Samuel Huntington (1991) cunhou a ideia de que a democracia se espalha em ondas – uma metáfora para descrever o agrupamento temporal de transições para a democracia. Uma onda de democratização ocorre quando as transições de regimes não democráticos para democráticos superam significativamente as rupturas democráticas em um determinado período (Huntington, 1991, p. 15). A primeira longa onda teve suas raízes na Declaração de Independência Americana (1776) e na Revolução Francesa (1789) e abrangeu o período desde o estabelecimento efetivo das instituições democráticas nacionais no século XIX até por volta de 1920, quando novos estados surgiram dos impérios europeus destruídos pela Primeira Guerra Mundial, e os governos ocidentais concederam direitos democráticos aos seus cidadãos. A segunda onda ocorreu entre os anos 1940 e início dos anos 1960, quando os vencedores da

² Tradução livre do conceito internacionalmente disseminado de *democratic backsliding*.

Segunda Guerra Mundial impuseram a democracia aos perdedores, e ex-colônias na Ásia e na África realizaram eleições pela primeira vez. A terceira onda começou com a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974; ganhou impulso ao encerrar as ditaduras militares na maior parte da América Latina na década de 1980, assim como as transições de regimes autoritários em partes da Ásia e da África; e atingiu seu ápice com o colapso do comunismo na Europa Oriental por volta de 1989.

Com cada onda de democratização, certas alternativas à democracia sofreram fracassos políticos, econômicos e militares que reduziram seu apelo. Após a Primeira Guerra Mundial, os antigos sistemas de monarquia, aristocracia e oligarquia deixaram de ser legítimos. Após a derrota militar da Itália e da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, o fascismo também foi desacreditado, e a democracia foi firmemente estabelecida na América do Norte e na Europa Ocidental pós-guerra. Uma tendência em direção à democracia também foi discernível em outras regiões do mundo. A descolonização na Ásia e na África parecia oferecer a perspectiva de democratização, mas sua disseminação foi desigual, e a maioria das ex-colônias se inclinou para formas autoritárias de governo. Na América Latina, períodos de governo democrático foram repetidamente interrompidos por golpes militares. O comunismo e o socialismo prevaleciam na China, na União Soviética, na Europa Oriental e em vários países do Sul Global e representavam um sistema político alternativo que desafiava as noções ocidentais de capitalismo e democracia. O comunismo de estilo soviético perdeu apelo após as revoluções na Europa Oriental em 1989 e o colapso da União Soviética em 1990–91, e, aproximadamente na mesma época, as ditaduras militares na América Latina gradualmente desapareceram. O fim da Guerra Fria estimulou o otimismo de que a democracia havia vencido a guerra de ideologias, que não havia mais uma alternativa viável a ela e que criaria raízes em todo o mundo (Fukuyama, 1992).

Os anos seguintes ao fim da Guerra Fria viram protestos pró-democracia frequentes em todo o mundo, e vários países africanos e asiáticos adicionais embarcaram em reformas democráticas, embora nem todas essas tentativas de liberalização tenham resultado em uma transição completa para a democracia. Enquanto isso, na Europa Oriental e na maior parte da América Latina, a democracia estava se consolidando – isto é, entrando em uma fase em que as instituições e regras democráticas estavam se tornando “*the only game in town*”³ (Linz e Stepan, 1996). Este período foi um momento unipolar, deixando os

Estados Unidos como a única superpotência global. Junto com alguns de seus aliados europeus, os Estados Unidos se propuseram a apoiar a democracia ao redor do globo. O mundo viu um aumento gradual, mas constante, da democracia liberal até cerca de 2005, quando a expansão da democracia estagnou.

A divisão cronológica das ondas não é isenta de controvérsia. Alguns autores argumentaram que o auge da democratização global entre 1990 e 2005 foi diferente da expansão da democracia na década de 1980 e, portanto, deveria ser visto como uma quarta onda de democratização (McFaul, 2002; Doorenspleet, 2004). Outros defenderam uma divisão ainda mais refinada: Gunitsky (2018), por exemplo, sugeriu que houve 13 ondas democráticas desde o século XVIII até a ‘Primavera Árabe’ em 2011. No entanto, ele concordou com Huntington em sua identificação de uma terceira onda de 1974–88.

Enquanto a metáfora das ondas representava a observação de um agrupamento temporal de transições democráticas, outros pesquisadores avançaram a noção de que os países localizados geograficamente próximos uns dos outros são susceptíveis de ter regimes políticos semelhantes. A ideia de um ‘efeito dominó’ foi originalmente inventada no auge do conflito Leste-Oeste e refletia a preocupação ocidental de que uma tomada comunista de um país seria imitada por outros países da mesma região. Como peças de dominó que caem, puxando as peças adjacentes, as transições de regime em estados individuais teriam um impacto na política interna de países contíguos. Assim, o efeito dominó baseia-se na observação de que a mudança de regime em qualquer direção pode ser contagiosa. Vários pesquisadores referiram-se, portanto, à imagem dos dominós para capturar o agrupamento espacial ou geográfico da disseminação mundial da democracia (Starr, 1991). Outros usaram o conceito de difusão, denotando a dispersão de inovações dentro de uma sociedade ou cultura ou entre elas, e desenvolveram modelos teóricos, bem como simulações de computador, para compreender o agrupamento espacial da democratização (e.g., O’Loughlin et al., 1998; Gleditsch, 2002).

O uso de termos como ondas democráticas, dominós democráticos ou padrões de difusão reflete a observação empírica de que as transições para a democracia estão ligadas temporal e/ou espacialmente, apontando assim para dinâmicas internacionais de democratização. Pode-se presumir que dinâmicas semelhantes estão em jogo no caso da autocratização.

³ Tem-se aqui o sentido de novo modelo cada vez mais aceito, que foi se tornando a nova regra.

O retrocesso da democracia no início do século XXI

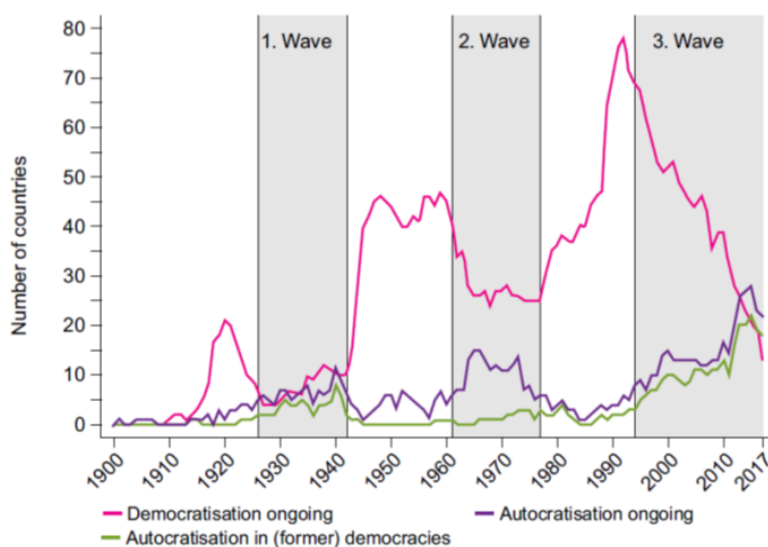
Para continuar com a metáfora da onda, toda onda é acompanhada por uma corrente de fundo e seguida por uma onda reversa. Seguindo Huntington (1991), cada uma das duas primeiras ondas de democratização foi sucedida por uma onda reversa, na qual alguns dos países que haviam anteriormente feito a transição para a democracia voltaram ao regime não democrático. Portanto, não é surpreendente que a terceira onda de democratização também tenha sido seguida por uma onda reversa. A expansão da democracia já havia desacelerado nos anos 2000, e desde meados da década de 2010, a autocracia tem ganhado terreno contra a democracia em todas as regiões do mundo. Parece que o otimismo impulsionado pela força da terceira onda de democratização, incluindo a relegação de alternativas aos livros de história por Fukuyama (1992), foi prematuro desde o início.

Lührmann e Lindberg (2019) definiram ondas de autocratização como períodos durante os quais o número de países que passam por democratização diminui, enquanto a autocratização afeta cada vez mais países. A Figura 1 descreve as ondas de democratização e autocratização desde 1900. A linha rosa representa o número de países onde um processo de democratização estava em andamento a cada ano, enquanto a linha roxa representa o número de países em um processo de autocratização. A linha verde indica quantos desses processos de autocratização começaram em democracias. As três ondas de democratização de Huntington, descritas acima, são claramente visíveis na Figura 1, mas como

a figura se concentra na autocratização, ela destaca as duas ondas reversas que Huntington identificou – a primeira ocorrendo aproximadamente de 1926 a 1942, a segunda de 1961 a 1977 – bem como a recente terceira onda de autocratização.

Os observadores soaram o alarme pela primeira vez sobre um retrocesso democrático em meados dos anos 2000, apontando para a resiliência e o sucesso econômico de poderes autocráticos (Gat, 2007; Puddington, 2007; Diamond, 2008). Contrariando a suposição amplamente aceita de que desenvolvimento econômico e democracia caminham juntos, a ascensão econômica da China não foi acompanhada por liberalização política, e o espectro da China como um modelo de autocracia economicamente bem-sucedida apareceu pela primeira vez no horizonte. No entanto, a Figura 1 mostra que o impulso de democratização do pós-Guerra Fria já havia desacelerado em meados da década de 1990. Gradualmente, processos reversos começaram a se espalhar, começando na Rússia, Armênia e Bielorrússia. Notavelmente, diante do entusiasmo pelo triunfo da democracia durante a terceira onda, essa corrente de fundo permaneceu fora do radar da maioria dos cientistas políticos – também porque picos limitados e de curta duração de movimentos pró-democracia continuaram a ocorrer, como as ‘revoluções coloridas’ (rosa, laranja e verde, respectivamente) na Geórgia, Ucrânia e Irã entre 2003 e 2010, e os levantes árabes em 2011. Em 2017, no entanto, as reversões para a autocracia superaram o número de países que estavam avançando em direção à democracia pela primeira vez desde 1940 (Lührmann e Lindberg, 2019). Esta tendência foi refletida em todos os principais índices globais que avaliam o estado da democracia ao

Figura 1: Ondas de autocratização e democratização



Fonte: Lührmann e Lindberg, 2019.

redor do mundo, como o Varieties of Democracy (V-Dem) (e.g., Nord et al. 2024), o índice Freedom in the World da Freedom House (e.g., Gorokhovskaia e Grothe 2024), e o Democracy Index da Economist Intelligence Unit (EIU) (e.g., EIU 2024).

A terceira onda de autocratização desencadeou uma extensa discussão sobre uma crise global da democracia (e.g., Levitsky e Ziblatt, 2018; Merkel e Kneip, 2018; Diamond, 2019; Krastev e Holmes, 2019; Przeworski, 2019; Runciman, 2018; Applebaum, 2020) e a ascensão do populismo (Mounk, 2018; Müller, 2016; Norris e Inglehart, 2019). O populismo baseia-se na ideia de que a sociedade está separada em dois campos em desacordo entre si: o povo (que os populistas afirmam representar e falar em nome dele) e o *establishment* ou a elite (que supostamente é corrupta e negligencia os interesses do povo). Os populistas buscam o governo majoritário e desconsideram as instituições protetoras da democracia liberal. Consequentemente, as democracias estão ameaçadas internamente por forças iliberais, com políticos populistas dispostos a destruir as próprias instituições que os levaram ao poder. Partidos, primeiros-ministros ou presidentes populistas, democraticamente eleitos, mas de mentalidade autoritária, tomaram uma variedade de ações antidemocráticas e impuseram desafios a princípios liberais como a liberdade de imprensa, o estado de direito, a independência judicial e a proteção das minorias.

O retrocesso contra a democracia continuou na década de 2020 e afetou diferentes grupos de países. O retrocesso democrático ocorreu em países que antes eram considerados democratizadores bem-sucedidos da terceira onda, incluindo Hungria e Polônia na Europa, e Brasil na América Latina. Democracias consolidadas na Europa e na América do Norte também testemunharam contestações domésticas aos valores democráticos (Levitsky e Ziblatt, 2018; Norris e Inglehart, 2019). A persistência do trumpismo nos Estados Unidos e a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, em uma tentativa de reverter o resultado das eleições presidenciais de 2020, e os sucessos eleitorais de partidos de direita na Europa Ocidental são apenas alguns exemplos evidentes de como o aumento de atores e discursos populistas levou a divisões sociais crescentes e polarização política. Tendências semelhantes são visíveis no Sul Global, do Brasil à Índia. Em cenas que lembram os ataques ao Capitólio em 2021, em Washington, apoiadores do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que se recusaram a aceitar sua derrota nas eleições presidenciais de 2022, invadiram o Congresso e outras instituições governamentais em Brasília em 8 de janeiro de 2023.

No geral, a maioria das grandes e influentes potências regionais e globais experimentou um

retrocesso democrático entre os anos 2000 e o início dos anos 2020. Isso inclui grandes países do G-20, como Brasil, Índia, Turquia e Estados Unidos. Os ataques aos princípios democráticos nesses países levaram a um enfraquecimento desses valores no cenário internacional. Por sua vez, com exceção da Coreia do Sul, os países que melhoraram seu nível de democracia nesse período eram tipicamente menos populosos e não tão influentes internacionalmente (Diamond 2015; Nord et al. 2024). Simultaneamente, regimes autocráticos como China e Rússia tornaram-se atores mais poderosos e assertivos no sistema internacional e buscaram ativamente fracturar as normas democráticas estabelecidas. A invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia em 2022 estabeleceu um clímax dramático para uma sequência de desafios aos elementos centrais da ordem internacional liberal que parecia estar firmemente estabelecida após o fim da Guerra Fria.

O restante deste relatório discute as influências domésticas e internacionais sobre as ondas e ondas reversas de democratização. Será mostrado que fatores internacionais ganharam importância durante a terceira onda e a onda reversa mais recente.

Explicando a expansão da democracia

Sob quais condições a democracia emerge e sobrevive? Por muito tempo, os processos de democratização foram considerados predominantemente impulsionados por características domésticas de um país, favoráveis ou desfavoráveis à democracia. Isso incluía fatores socioeconômicos, como nível de renda, desigualdade, nível de educação da população e infraestrutura de comunicações; fatores históricos e culturais, como herança colonial e religião dominante; e a influência de diversos atores políticos e sociais.

A investigação de fatores que conduzem à democracia tem suas raízes na teoria da modernização, um paradigma dominante nas ciências sociais nas décadas de 1950 e 1960. A teoria da modernização sugere que sociedades 'pré-modernas' ou 'tradicionais' se transformarão em 'modernas' uma vez que passem por transformações-chave nas esferas econômica, social, cultural e política, como industrialização, alfabetização, diferenciação social, secularização e democratização (Parsons, 1964; Huntington, 1971). A democratização, portanto, constitui um elemento de um processo abrangente de mudança social, e os diversos elementos da modernização se reforçam mutuamente. Seguindo essa suposição, a democracia está relacionada ao desenvolvimento

socioeconômico. Lipset (1959, p. 75) afirmou que ‘quanto mais próspera for uma nação, maiores as chances de que ela sustente a democracia’. Em um vasto número de estudos empíricos, a relação entre desenvolvimento e democracia foi avaliada correlacionando o nível de renda dos países com seu estado de democracia, sendo o PIB per capita o indicador mais comum para medir o desenvolvimento econômico (e.g., Cutright, 1963; Jackman, 1973; Londregan e Poole, 1996; Robinson, 2006). Com o tempo, surgiram controvérsias sobre como o desenvolvimento econômico favorece a democracia (Przeworski e Limongi, 1997; Boix e Stokes, 2003): o desenvolvimento aumenta a probabilidade de que países pobres passem por uma transição para a democracia? Ou o desenvolvimento torna as democracias, uma vez estabelecidas, mais propensas a sobreviver? Estudos empíricos alcançaram conclusões inconsistentes sobre se uma renda mais alta desencadeia transições para a democracia, mas mostraram de forma relativamente consistente que as chances de sobrevivência da democracia são maiores quando um país é mais rico.

No entanto, como destacou Lipset (1959) em seu estudo clássico, fatores adicionais relacionados ao desenvolvimento também podem afetar a democracia. Educação, a proliferação de tecnologias de informação e comunicação, industrialização e urbanização, e o crescimento das classes média urbana e operária industrial desempenharam papéis proeminentes nos debates sobre se o desenvolvimento socioeconômico promove a democracia (Moore, 1966; Rueschemeyer et al., 1992). Em geral, a prosperidade econômica tende a fomentar o desenvolvimento social (como se manifesta, por exemplo, no aumento das taxas de alfabetização e matrícula escolar), e uma população mais educada e informada tende a ser mais politicamente ativa e, em algum momento, demandará a expansão das liberdades civis e dos direitos de participação política.

As explicações para a democratização impulsionadas pela teoria da modernização tornaram-se mais matizadas nas últimas décadas. Foi destacado que não apenas o nível de renda conta, mas que a distribuição dessa renda também pode desempenhar um papel. O estudo da desigualdade e da democratização produziu argumentos teóricos elaborados (e.g., Boix, 2003; Acemoglu e Robinson, 2006), mas a evidência empírica permanece elusiva (Houle, 2009). Outros avançaram com o argumento de que fontes específicas de renda nacional podem ser menos propícias à democratização do que outras. A riqueza de recursos naturais, em particular, parece fortalecer regimes autocráticos e impedir transições para a democracia (Ross, 2001; Ulfelder, 2007). Refinamentos adicionais foram possíveis com a introdução de grandes pesquisas internacionais, como o World Values Survey, o European Values

Survey ou o Latinobarómetro, que examinam os valores e atitudes das pessoas ao redor do mundo. Os dados dessas pesquisas permitiram que os pesquisadores medissem orientações emancipativas na população, como ênfase na liberdade humana, afinidade com a ação cívica e tolerância à não conformidade, e avaliassem diretamente a afirmação de que a modernização socioeconômica molda as preferências das massas em favor da democracia (Inglehart e Welzel, 2005).

Além do desenvolvimento socioeconômico, fatores históricos e culturais que os estudiosos argumentam ser relevantes para a democratização incluem a herança colonial, para a qual uma hipótese proeminente é que a herança colonial britânica melhorou as perspectivas para a democracia (Bernhard, Reenock e Nordstrom, 2004); a influência da religião predominante, notadamente o protestantismo, o catolicismo e o islão (Philpott, 2007); e a heterogeneidade étnica na população (Merkel e Weiffen, 2012; Gerring, Hoffman e Zarecki, 2018).

Outras vertentes de pesquisa enfatizaram a importância dos atores. As interações entre elites políticas no governo e na oposição, em particular a força de facções moderadas versus mais radicais em ambos os lados, podem ser propícias a transições democráticas (O’Donnell e Schmitter, 1986; Przeworski, 1991). A sociedade civil, os protestos em massa e organizações como sindicatos ou partidos políticos também moldaram o processo de transição e consolidação democrática em muitos países.

Influências internacionais na democratização

Com o tempo, dinâmicas e forças internacionais tornaram-se influências mais importantes na democratização. Como mencionado anteriormente, eventos sistêmicos (ou seja, eventos que afetaram todo o sistema internacional), como o fim da Segunda Guerra Mundial ou a Guerra Fria, foram momentos que desencadearam ondas democráticas. Existem muitos exemplos de transições de regime individuais acontecendo em proximidade temporal, mas também espacial. Esses padrões de mudança de regime podem ocorrer por contágio e difusão. Enquanto alguns argumentaram que o contexto regional mais amplo era o mais importante para a difusão (Wejnert, 2005), outros esperavam que os efeitos de contágio fossem mais prováveis de ocorrer entre estados vizinhos diretamente adjacentes (Gleditsch, 2002; Brinks e Coppedge, 2006).

Durante a terceira onda de democratização, acadêmicos, analistas políticos e formuladores de

políticas em democracias estabelecidas e jovens estavam otimistas de que a democracia e o estado de direito se espalhariam ainda mais pelo mundo. Esperava-se que a globalização e suas manifestações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas fomentassem a disseminação da democracia.

A partir da década de 1980, os países em desenvolvimento foram instados por instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a realizar reformas de ajuste estrutural, frequentemente rotuladas como neoliberais, que incluíam a desregulamentação e a abertura de seus mercados e a redução da participação estatal. Muitos deles estavam, ao mesmo tempo, passando por transições de regimes autoritários. As transições democráticas na Europa Central e Oriental também ocorreram simultaneamente com a transformação de economias planificadas para economias de mercado. Em vista da expansão contemporânea das liberdades políticas e econômicas nas décadas de 1980 e 1990, uma perspectiva liberal otimista as percebeu como duas faces da mesma moeda. De acordo com essa perspectiva, a democracia tanto apoia quanto é apoiada pelo estabelecimento de mercados abertos. Fronteiras abertas levariam a regimes abertos. A abertura econômica e o aumento do comércio e dos fluxos de capital aumentariam o crescimento econômico e a prosperidade nos países envolvidos, o que, por sua vez, apoiaria a democracia (Wolf, 2004).

No entanto, a perspectiva otimista em relação à globalização econômica e à democracia não foi compartilhada por todos. Uma visão céptica argumentava que é necessário que existam condições atenuantes, como instituições fiáveis e despesas sociais, para que a globalização econômica gere efeitos positivos para a democracia (Rodrik, 1999; Bhagwati, 2004). Avaliações mais críticas do impacto da globalização econômica alertaram contra o aumento da desigualdade, o risco de turbulências econômicas devido à imprevisibilidade dos fluxos de capital e a falta de responsabilização de atores não estatais importantes, como as corporações multinacionais. A evidência empírica sobre se o comércio e os fluxos de capital apoiam a democratização é mista e, em geral, dá mais suporte aos cépticos e críticos do que aos otimistas. Parece que o efeito sobre a democracia varia dependendo do tipo de bens comercializados ou do tipo de fluxo de capital (de Soysa, 2003; Li e Reuveny, 2003) e que fatores atenuantes precisam ser considerados, como a quantidades de despesas sociais com os quais os países neutralizam as consequências negativas da abertura econômica (Rudra, 2005).

Em relação à globalização política, esperava-se que a cooperação internacional e a participação em organizações internacionais reforçassem o compromisso de um país com a democracia, especialmente se os outros membros dessas

organizações fossem predominantemente democráticos (Pevehouse, 2005). Várias organizações regionais, particularmente na América Latina e na Europa, adotaram normas democráticas regionais, que geralmente exigem que os países sejam democráticos para se tornarem e permanecerem membros. A globalização política também facilitou a prática da promoção da democracia, que será explorada na próxima seção.

A globalização social abrange a diminuição das distâncias e o aumento dos fluxos de comunicação e informação, impulsionados pela ampla disponibilidade de telefones móveis e pela expansão da internet. Não apenas se tornou mais fácil e comum viajar, participar de programas de intercâmbio estudantil ou trabalhar no exterior, mas também é mais fácil manter-se conectado com pessoas ao redor do mundo a partir de casa. Isso fomentou o aprendizado mútuo e o intercâmbio de conhecimentos, apoiou a disseminação de ideias e valores democráticos e facilitou a expansão de redes transnacionais e movimentos sociais pró-democráticos de todos os tipos (Keck e Sikkink, 1998).

Outro elemento importante da globalização é a tecnologia. A digitalização, como uma tendência global, trouxe muitas oportunidades para a democracia. Alguns chamaram a internet de “tecnologia de libertação” (Diamond, 2010), que empodera indivíduos, permite a comunicação independente e o livre intercâmbio e acesso à informação, além de fortalecer a sociedade civil. Plataformas de mídia social, em particular, abriram novas opções de participação. Elas possibilitaram autonomia local e ativismo político de base, além de uma estrutura organizacional menos hierárquica para movimentos sociais transnacionais. Elas também apoiaram revoluções democráticas ao redor do mundo, facilitando a comunicação e a coordenação no terreno e gerando atenção global. Imagens e vídeos de protestos pró-democracia, bem como de ações repressivas do estado contra eles, se tornaram virais e criaram consciência internacional e atenção da mídia.

Como visto até este ponto do relatório, o campo de pesquisa sobre democracia é vasto e sugere que nem os fatores domésticos nem os internacionais, por si só, conduzem à democracia. Em tempos de globalização e múltiplas ligações transnacionais, as transições de regime não ocorrem mais de forma isolada, mas são influenciadas de várias maneiras pelo que acontece no exterior. Isso inclui a interferência de atores externos, como exploraremos com mais detalhes na próxima seção. Em várias ocasiões, países poderosos impuseram ou minaram regimes políticos em suas esferas de influência.

Promoção da democracia

Embora haja exemplos anteriores de estados interferindo em assuntos domésticos de outros, a prática da promoção da democracia teve seu auge nos anos 1990, após o fim da Guerra Fria. A promoção da democracia, muitas vezes também chamada de assistência ou apoio à democracia, denota uma política ou atividade internacional que visa trazer uma mudança sustentável de um regime autocrático para um democrático (Leininger, 2019). Esta seção destaca alguns aspectos relevantes para a análise da promoção da democracia (resumidos na Figura 2). Um deles é o timing: a promoção da democracia pode ocorrer em diferentes momentos, apoiando o surgimento, a transição e a consolidação ou sobrevivência da democracia.

É difícil não considerar os Estados Unidos como o originador da promoção da democracia (Guilhot, 2005). O apoio à democracia tem sido um objetivo da política externa dos EUA desde o início e foi explicitamente articulado no contexto da Primeira Guerra Mundial, quando, em um discurso de 1917, o presidente Woodrow Wilson argumentou que era necessário que os Estados Unidos entrassem na guerra e combatessem o imperialismo alemão “para tornar o mundo seguro para a democracia” (citado em Bridoux e Kurki, 2014, p. 4, tradução nossa). Os Estados Unidos e seus aliados também apoiaram fortemente a democratização da Alemanha e do Japão após a Segunda Guerra Mundial (Merkl, 1968). A crença de Wilson de que as democracias são menos propensas a entrar em guerra, além de serem economicamente mais prósperas (e que, portanto, é benéfico ter regimes democráticos em tantas partes do mundo quanto possível), inspirou a prática de promoção externa da democracia. A

suposição, derivada da teoria da modernização, de que o desenvolvimento econômico eventualmente levará à democratização, orientou as políticas externas e de desenvolvimento dos EUA e de outros países ocidentais no período pós-guerra. Assim, a promoção da democracia é frequentemente parte integrante da ajuda ao desenvolvimento.

No entanto, é importante notar que os Estados Unidos e outros nem sempre praticaram o que pregavam. Especialmente durante as lutas ideológicas da Guerra Fria, os Estados Unidos efetivamente minaram a democracia na América Latina e em outras regiões. Sob o pretexto de combater o comunismo, o governo dos EUA apoiou a derrubada de presidentes de esquerda democraticamente eleitos, como Jacobo Árbenz na Guatemala (1954) e Salvador Allende no Chile (1973), e patrocinou a luta contra movimentos revolucionários na América Central nos anos 1980 (Smith, 2008).

Após o fim da Guerra Fria, a década de 1990 não apenas testemunhou uma maior incorporação da promoção da democracia na política externa dos EUA, mas o número de doadores aumentou significativamente. Vários governos ocidentais, organizações internacionais e organizações não governamentais transnacionais desenvolveram estratégias para promover a democracia no exterior. Basicamente, pode-se distinguir entre promoção da democracia desenvolvimentista e política. A abordagem desenvolvimentista baseia-se na suposição de que a democratização é um processo complexo de mudança que envolve desenvolvimento político e socioeconômico (Carothers, 2009, p. 5). Nesse sentido, a assistência à democracia desenvolvimentista visa a mudança econômica e social por meio da transferência de conhecimento,

Figura 2: Analisando a promoção da democracia

Onde?

- ⊗ Região, país

Quando?

- ⊗ Tempo

Como?

- ⊗ Estratégia
- ⊗ Mecanismos e instrumentos

Quem?

- ⊗ Atores

Por quê?

- ⊗ Motivação, justificativa

Com qual resultado?

- ⊗ Efeitos e impacto

desenvolvimento de capacidade técnica e apoio financeiro ou material e, portanto, promove a democracia indiretamente (Finkel, Pérez-Liñán e Seligson, 2007).

Por sua vez, a promoção da democracia política visa diretamente as instituições políticas democráticas. Ela se concentra em eleições e no estabelecimento e consolidação de liberdades políticas e procedimentos democráticos. A promoção da democracia política inclui uma gama de mecanismos e instrumentos que variam de “suaves” a mais “coercitivos”. A socialização denota um mecanismo em que os promotores da democracia ensinam aos atores domésticos normas e práticas democráticas para persuadi-los de suas vantagens. Treinamento para ativistas de base, líderes partidários ou membros recém-eleitos do parlamento seria um exemplo típico disso. Por outro lado, a condicionalidade é um mecanismo em que os promotores da democracia usam incentivos positivos para promover reformas no país-alvo. Isso se baseia na suposição de que os atores no país-alvo estão dispostos a realizar reformas democráticas se os benefícios que obtêm com elas excederem os custos (Lavenex e Schimmelfennig, 2011). Outros mecanismos comuns incluem o desenvolvimento de capacidades (como o financiamento da construção de um prédio de tribunal ou apoio logístico na organização de eleições) e incentivos negativos, como pressão diplomática e sanções pela violação de normas democráticas.

Os atores envolvidos na promoção da democracia incluem, acima de tudo, um conjunto de estados que adotam o objetivo de promover a democracia como uma vertente de suas políticas externas. Além dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e estados membros da União Europeia (UE), as chamadas “democracias emergentes”, como Brasil e Índia, em alguns momentos também elaboraram políticas para promover a democracia em suas respectivas regiões. De modo geral, os estados tendem a preferir a abordagem desenvolvimentista e incluem recursos dedicados à promoção da democracia como parte integrante de suas políticas de desenvolvimento (Finkel, Pérez-Liñán e Seligson, 2007).

A promoção da democracia também é realizada por atores “híbridos”, ou seja, organizações formalmente independentes, mas com financiamento governamental, como as fundações partidárias alemãs ou a National Endowment for Democracy dos EUA, e por inúmeros movimentos sociais transnacionais e organizações não governamentais que passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante na disseminação e difusão da democracia. Essas organizações geralmente priorizam a abordagem política de promoção da democracia, apoiando diretamente a construção de instituições democráticas e a socialização democrática de atores

políticos no país-alvo.

Organizações internacionais também promovem a democracia. Algumas dessas atividades são realizadas por organizações globais, notadamente as Nações Unidas e o Banco Mundial. Muito mais é feito por organizações regionais como a UE, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Africana (UA) (Börzel e van Hüllen, 2015; Heine e Weiffen, 2015). A promoção da democracia nas organizações regionais é quase exclusivamente voltada para dentro, isto é, direcionada aos estados membros da organização. As organizações regionais realizam predominantemente atividades associadas à abordagem política, como socialização e capacitação. Muitas organizações também protegem a democracia contra desafios como fraudes eleitorais e tentativas de golpe. Elas garantem que as regras democráticas sejam observadas, por exemplo, por meio de missões de observação eleitoral, e algumas organizações punem violações de normas democráticas com instrumentos que vão desde pressão diplomática (“naming and shaming”)⁴ até sanções como a suspensão de um país.

Ao contrário de outras organizações regionais, a UE se engaja em várias formas de promoção da democracia tanto em seus estados membros quanto fora de suas fronteiras. A UE usa suas relações externas para promover normas democráticas como parte de sua política de alargamento, bem como suas políticas de desenvolvimento. No ambiente pós-Guerra Fria, o processo de alargamento da UE, que emprega a condicionalidade para incentivar reformas nos países candidatos, passou a ser visto como um programa de promoção da democracia para a Europa Central e Oriental (Schimmelfennig e Sedelmeier, 2004). Além disso, a UE também incorporou a promoção da democracia em seus instrumentos de política externa para o mundo em desenvolvimento e para países vizinhos sem perspectiva de adesão (Lavenex e Schimmelfennig, 2011). Por outro lado, a promoção e proteção da democracia dentro dos Estados membros da UE não foi uma prioridade por muito tempo. O Artigo 7 do Tratado da União Europeia, que prevê medidas a serem tomadas se um estado membro violar normas fundamentais da UE, como a democracia e o Estado de Direito, foi criado apenas na década de 1990. Foi invocado pela primeira vez no final dos anos 2010, em resposta ao retrocesso democrático na Polônia e na Hungria.

Os promotores da democracia são motivados por razões intrínsecas ou instrumentais. No primeiro caso, a promoção da democracia é frequentemente apresentada como um projeto ideacional, baseado na convicção de que a democracia como regime político

⁴ *Naming and shaming* é uma expressão no campo da diplomacia que traz o sentido de “apontar o dedo”/envergonhar.

merece ser exportada para outros países. A suposição normativa subjacente é a de que todos os indivíduos têm direito à dignidade humana e a uma vida em liberdade (Leininger, 2019) ou, em outras palavras, um direito à governança democrática (Franck, 1992; Sen, 1999). Por outro lado, os motivos instrumentais predominam quando a promoção da democracia é um meio para alcançar outros objetivos políticos. O principal motivo para apoiar a democracia, então, é a expectativa de que ela traga vários benefícios, como prosperidade econômica, paz ou estabilidade.

Os motivos por trás da promoção da democracia também são alvo de várias críticas (Bridoux e Kurki, 2014). Muitas vezes é difícil dizer se a promoção da democracia beneficia o país alvo ou se o interesse nacional do promotor da democracia prevalece. A promoção da democracia é então apenas um pretexto para legitimar a busca de outros objetivos, como segurança nacional e interesses econômicos ou de poder.

Uma linha de crítica contesta a agenda liberal por trás da promoção da democracia e argumenta que os promotores da democracia são influenciados por seus compromissos ideológicos com uma variedade liberal de democracia. Assim, eles priorizam o estabelecimento de uma democracia liberal e representativa e não consideram outras variedades que possam ser mais adequadas ao contexto local (Wolff, 2012). Uma segunda crítica relacionada assume que interesses econômicos impulsionam a promoção da democracia. De uma perspectiva pós-colonial, a promoção da democracia (junto com a assistência ao desenvolvimento e a construção da paz) é vista como uma empreitada neocolonial não apenas para impor valores liberais “ocidentais” aos países-alvo, mas também para abrir suas economias a interesses capitalistas e estabelecer uma economia de mercado neoliberal, permitindo maior extração econômica e o aumento da desigualdade global (Ayers, 2009).

Uma terceira crítica aborda a confusão entre promoção da democracia e interesses de segurança nacional. A promoção da democracia é vista como estando intimamente associada à implementação encoberta da mudança de regime. Essa perspectiva crítica ganhou força com as guerras no Afeganistão e no Iraque, iniciadas pela administração de George W. Bush durante sua “Guerra ao Terror”, mas também justificadas pelo objetivo de derrubar regimes ditatoriais repressivos nesses países, misturando assim o objetivo de promover a democracia com os interesses de segurança nacional dos EUA. Enquanto alguns observadores veem a intervenção militar como o instrumento mais coercitivo para a promoção da democracia (por exemplo, Bermeo, 2009), a maioria dos especialistas nega uma ligação entre a prática da promoção da democracia e o objetivo da mudança

de regime (Bridoux e Kurki, 2014).

Uma quarta crítica afirma que a promoção da democracia é essencialmente sobre interesses de poder. Dessa perspectiva, trata-se apenas de um instrumento de política externa que busca perpetuar a dominação do Ocidente sobre o restante do mundo. No entanto, isso também implica que os interesses de poder prevalecem sobre os valores. Assim, essa linha de crítica aponta para a inconsistência da promoção da democracia. Realistas alegaram que a promoção da democracia é frequentemente sacrificada em prol do interesse nacional quando é conveniente. Durante a Guerra Fria, o governo dos EUA apoiou líderes autoritários e fez pouco para defender a democracia e os direitos humanos se isso servisse ao objetivo maior de conter o comunismo. Até hoje, os Estados Unidos e outros governos ocidentais não têm escrúpulos em cooperar com autocracias como a China ou a Arábia Saudita, se isso servir aos seus interesses comerciais ou estratégicos. Assim, eles podem ser acusados de duplos padrões e muitas vezes têm sido cúmplices na estabilização de regimes autocráticos.

Um último aspecto na análise da promoção da democracia (como descrito na Figura 2) diz respeito aos seus resultados. Qualquer avaliação dos efeitos ou do impacto da promoção da democracia enfrenta limitações. Dado os múltiplos determinantes internos e externos da democracia, é muito difícil “isolar” o impacto ou provar a eficácia da promoção da democracia. E embora esforços deliberados para promover a democracia possam implantar instituições democráticas por um curto período de tempo, é improvável que essas instituições criem raízes se as condições internas forem desfavoráveis.

Explicando o retrocesso da democracia

Assim como os processos de democratização, o movimento em direção à autocracia é resultado de uma combinação de fatores domésticos e internacionais. A investigação das causas da autocratização ainda não é um campo de pesquisa tão consolidado quanto o da democratização e se sobrepõe às tentativas de explicar o crescimento do populismo.

No nível doméstico, assim como na democratização, fatores socioeconômicos desempenham um papel importante na autocratização. As grandes expectativas no início da terceira onda de que a democracia traria prosperidade deram lugar a um desencanto generalizado. Nos países em desenvolvimento, problemas como desigualdade, instituições

disfuncionais e corrupção persistiram, apesar das transições democráticas, e há um sentimento entre a população de que a democracia não cumpriu com suas promessas. Queixas econômicas também surgiram em países desenvolvidos como resultado de grandes crises e recessões econômicas, aumento da desigualdade socioeconômica e pobreza, além de medos relacionados à perda da prosperidade (Mounk, 2018). Organizações tradicionais, como sindicatos e partidos políticos, perderam importância e têm tido dificuldades em responder a essas queixas.

As queixas econômicas também contribuíram para disputas sobre valores nas sociedades ocidentais. Ao longo de várias décadas, valores progressistas proliferaram e favoreceram políticas socialmente liberais em questões como igualdade racial e de gênero, direitos LGBTQ+ e imigração. Isso representou uma ameaça para conservadores, que sentiram que seus valores centrais estavam em desacordo com as mudanças sociais. No entanto, seus sentimentos de perda e ressentimento, em combinação com as queixas econômicas, podem desencadear um “retrocesso cultural” (Norris e Inglehart, 2019). Como resultado disso, setores descontentes da sociedade se afastam de políticos e partidos estabelecidos e se tornam suscetíveis a apelos de lideranças populista-autoritárias (Levitsky e Ziblatt, 2023).

Influências internacionais na autocratização

Essas tendências domésticas têm sido reforçadas por influências internacionais. A expectativa pós-Guerra Fria de uma disseminação mundial da globalização e da liberdade desmoronou com a crise financeira de 2008 e o fracasso da tentativa de trazer a democracia ao Iraque através da guerra. Ao contrário da expectativa otimista dos anos 1990 e início dos anos 2000 de que a globalização auxiliaria a democratização, desde então ela tem revelado seu lado mais sombrio, alimentando o medo e a raiva entre os cidadãos e deslegitimando e minando a governança democrática.

A globalização econômica, que buscava minimizar barreiras ao comércio e investimento globais, resultou em estagnação econômica, perda de empregos, queda de salários, aumento da desigualdade e declínio da classe média, especialmente em áreas anteriormente prósperas das democracias ocidentais (Milanović, 2016; Mounk, 2018). Também tornou o sistema financeiro internacional menos estável, levando a crises financeiras recorrentes. A crise financeira de 2008, em particular, destruiu a crença nos resultados positivos da globalização. Crises e estagnação econômica causaram dificuldades individuais, especialmente entre os ‘perdedores’ da

globalização, mas a experiência de viver em regiões economicamente deprimidas acendeu um medo mais generalizado de um descenso na hierarquia social, independentemente do nível pessoal de prosperidade.

Esses problemas se transformaram em questões políticas: uma reação contra a globalização, mas também contra a democracia. A liberação do sistema financeiro global e o poder de corporações multinacionais e investidores revelaram as limitações dos governos nacionais em regular e controlar essas forças transnacionais. Muitas vezes, tiveram que ceder à pressão dos investidores por medidas de austeridade, em detrimento das necessidades de seus cidadãos. A limitada capacidade dos governos nacionais de lidar com os desafios globais contemporâneos fez com que decisões fossem cada vez mais tomadas em nível internacional e supranacional. No entanto, isso cria um problema de legitimidade democrática: os centros de tomada de decisão se moveram para instâncias distantes dos cidadãos, como executivos de bancos centrais e organizações internacionais, tornando-se mais impenetráveis (Streeck, 2016). A impressão de que decisões políticas estão nas mãos de elites internacionais não eleitas intensificou a percepção de que instituições como a União Europeia ou o FMI são antidemocráticas, orientadas por elites e voltadas para os interesses empresariais e financeiros (Rodrik, 2018). Isso tornou os cidadãos mais suscetíveis a discursos populistas contra as ameaças do ‘globalismo’, a crescente influência das burocracias internacionais e o enfraquecimento do estado-nação.

As repercussões políticas da globalização econômica também minaram a democracia de outra forma: ajudaram países autocráticos a se tornarem mais poderosos. A China e a Rússia formaram uma aliança autocrática com o objetivo de contestar normas e instituições internacionais estabelecidas. Além disso, o crescimento econômico da China sem sinais visíveis de liberalização política abalou a crença amplamente difundida na conexão intrínseca entre capitalismo, desenvolvimento e democracia.

No nível social, a globalização trouxe dinâmicas aparentemente incontroláveis, como os fluxos migratórios, que têm colocado desafios às identidades nacionais e ao senso de pertencimento, especialmente nas democracias que floresceram em períodos de homogeneidade étnica. Esse desconforto com as tendências de internacionalização e transnacionalização alimentou sentimentos de xenofobia, nacionalismo, nostalgia por um ‘passado melhor’ e clamores para restabelecer a soberania nacional e ‘retomar o controle’. O medo da imigração muitas vezes se fundiu ou intensificou ressentimentos culturais preexistentes contra valores progressistas relacionados aos direitos das

minorias e à igualdade de gênero e racial (Mounk, 2018; Norris e Inglehart, 2019). Isso fortaleceu o apoio a discursos populistas que enfatizam ordem, tradição, família e identidade nacional, expressando ressentimento contra imigrantes, estrangeiros e pessoas com valores culturais, preferências sexuais, crenças religiosas ou cor de pele diferentes, além das elites que apoiam valores progressistas.

No que diz respeito à tecnologia, seus impactos sobre a democracia se revelaram ambivalentes. A internet e as redes sociais, inicialmente vistas com entusiasmo como facilitadoras da participação democrática e aceleradoras de revoluções democráticas, também se prestam à manipulação digital de processos democráticos e à repressão digital de indivíduos e grupos sociais (Rød e Weidmann, 2015; Pomerantsev, 2019). A comercialização das redes sociais e a delegação da comunicação pública a plataformas privadas criaram disputas em torno da liberdade de expressão, como evidenciado pelos debates em torno da proibição do ex-presidente dos EUA Donald Trump do Twitter. A desinformação e outras formas de manipulação da informação emergiram como uma das maiores ameaças à democracia no ambiente digital. Embora o discurso de ódio e a propaganda não sejam novos, o aumento do uso de celulares e plataformas de mídia social permitiu que a desinformação se espalhasse em uma velocidade e escala sem precedentes. A internet, portanto, ajudou atores antidemocráticos em regimes democráticos a se conectarem e aprenderem uns com os outros, além de fornecer-lhes meios para manipular a opinião pública.

Além disso, as tecnologias de informação e comunicação podem servir como ferramentas de repressão nas mãos de líderes autocráticos, minando as liberdades políticas e sociais e fortalecendo governos autocráticos (Rød e Weidmann, 2015; Guriev e Treisman, 2022). Por exemplo, autocratas podem restringir facilmente o acesso a sites ou censurar conteúdos inconvenientes. Eles usam o bloqueio da internet para manipular campanhas eleitorais ou decisões dos eleitores no dia da eleição. Além disso, a conectividade à internet pode ajudar autocratas a controlar o comportamento político dos cidadãos, facilitando a identificação de indivíduos que distribuem ou consomem materiais críticos ao governo. Finalmente, a censura digital não se limita a filtrar conteúdo crítico, mas também pode ser usada para espalhar mensagens a favor de um regime, aumentando a mobilização e o apoio pró-governo. Redes sociais podem ser usadas para direcionar fluxos de informação a diferentes grupos e disseminar propaganda sofisticada, disfarçando a fonte para aumentar a credibilidade. Autocratas têm utilizado cada vez mais esses canais de comunicação para espalhar propaganda e desinformação tanto dentro quanto fora de seus países, mobilizando trolls

e hackers para manipular eleições.

Em resumo, os lados sombrios da globalização contribuíram para a autocratização, fortalecendo regimes autocráticos e criando condições favoráveis ao sucesso de populistas, que exageram e capitalizam medos econômicos e culturais e utilizam ferramentas digitais para se comunicar diretamente com seus apoiadores e disseminar desinformação.

O retrocesso contra a promoção da democracia

A reversão da tendência de democratização para autocratização também representa uma mudança significativa no campo de políticas de promoção da democracia, que emergiu nas décadas de 1980 e 1990 (Carothers, 2020). O modelo de democracia liberal perdeu o apelo para cidadãos governados por regimes autoritários e democráticos, e ideias explicitamente não democráticas estão em ascensão. Enquanto as democracias enfrentavam dificuldades face à crise econômica mundial de 2008, alguns estados autoritários, mais notavelmente a China, continuaram a prosperar economicamente. As guerras no Afeganistão e no Iraque, supostamente travadas em nome da democracia pelos Estados Unidos e seus aliados, minaram significativamente a legitimidade da promoção da democracia (Diamond, 2008; Bridoux e Kurki, 2014). Além disso, o retrocesso democrático nos países que promovem a democracia, especialmente nos Estados Unidos sob Trump e em alguns estados membros da UE, não só reduziu a vontade política de se envolver na promoção da democracia, mas também a credibilidade internacional desta prática. Ao mesmo tempo, a promoção da democracia tem encontrado crescente resistência de países-alvo, especialmente em países onde instituições e direitos democráticos estão sendo restringidos ou desmantelados (von Borzyskowski, 2016).

Por fim, atores não democráticos, como a China, a Arábia Saudita ou a Rússia, desempenham um papel cada vez maior em muitos países-alvo, competindo e, assim, reduzindo a influência dos promotores da democracia (Hackenesch e Bader, 2020). À medida que os Estados Unidos se desvaneciam como um farol global da democracia, as autocracias pareciam mais encorajadas. Em fevereiro de 2022, o presidente chinês Xi Jinping e o presidente russo Vladimir Putin emitiram uma declaração que atacava explicitamente a promoção da democracia ocidental. Embora ambos os países neguem qualquer tentativa de exportar seus modelos para o exterior, muitas de suas ações efetivamente restringiram a democracia (Chou, 2017). Tanto a Rússia quanto a China fizeram grandes esforços para melhorar sua imagem

no exterior e manipular o ambiente informacional para ajustar suas narrativas, disseminando histórias falsas e atacando seus críticos (Dukalskis, 2021). Eles protegem outras autocracias contra a promoção da democracia ocidental e as apoiam, embora de forma indireta. A Iniciativa da Nova Rota da Seda da China essencialmente segue a mesma lógica da promoção da democracia desenvolvimentista (Mandelbaum e Weiffen, 2023). No entanto, as estratégias das potências autocráticas para encorajar o autoritarismo tornaram-se mais agressivas: a China retirou a autonomia de Hong Kong em 2020, enquanto a Rússia interferiu em eleições no exterior, conduziu campanhas de desinformação e apoiou o envio do Grupo paramilitar Wagner para zonas de conflito na Líbia, Mali e outros locais. A invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, é um exemplo particularmente extremo de uma tentativa externa de derrubar um regime democrático.

Conclusão

Este relatório examinou o cenário desafiador de uma crise da democracia liberal. Investigou como influências internacionais moldaram a trajetória dos regimes políticos e explorou o dilema de por que o ambiente internacional parece ter se tornado menos favorável às democracias desde meados da década de 2010. O relatório utilizou a globalização como um quadro para mostrar como diferentes dimensões da globalização tiveram efeitos positivos e negativos sobre a democracia. Ao fazê-lo, concentrou-se nas influências internacionais na democratização e autocratização.

Em um contexto global onde as normas democráticas estão cada vez mais sob ameaça, o 50º aniversário da Revolução dos Cravos oferece uma plataforma para o Brasil e a UE reafirmarem seu compromisso com a democracia. Isso é particularmente relevante dado o papel do Brasil como uma democracia líder na América Latina e sua influência na política regional e global. Para a UE, reforçar os valores democráticos com parceiros como o Brasil alinha-se com seus objetivos mais amplos de política externa de promover a democracia e os direitos humanos globalmente.

Referências bibliográficas

- Acemoglu, D. e Robinson, J.A. (2006) *Economic origins of dictatorship and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Applebaum, A. (2020) *Twilight of democracy: the seductive lure of authoritarianism*. New York, NY: Doubleday.
- Ayers, A.J. (2009) 'Imperial liberties: democratisation and governance in the "new" imperial order', *Political Studies*, 57(1), pp. 1–27.
- Bermeo, N. (2009) 'Conclusion: is democracy exportable?', in Z. Barany e R.G. Moser (eds) *Is democracy exportable?* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 242–263.
- Bernhard, M., Reenock, C. e Nordstrom, T. (2004) 'The legacy of Western overseas colonialism on democratic survival', *International Studies Quarterly*, 48(1), pp. 225–250.
- Bhagwati, J.N. (2004) *In defense of globalization*. Oxford: Oxford University Press.
- Boix, C. (2003) *Democracy and redistribution*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Boix, C. e Stokes, S.C. (2003) 'Endogenous democratization', *World Politics*, 55(4), pp. 517–549.
- Börzel, T.A. e van Hüllen, V. (eds) (2015) *Governance transfer by regional organizations: patching together a global script*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Bridoux, J. e Kurki, M. (2014) *Democracy promotion: a critical introduction*. New York, NY: Routledge.
- Brinks, D. e Coppedge, M. (2006) 'Diffusion is no illusion: neighbor emulation in the third wave of democracy', *Comparative Political Studies*, 39(4), pp. 463–489.
- Carothers, T. (2009) 'Democracy assistance: political vs. developmental?', *Journal of Democracy*, 20(1), pp. 5–19.
- Carothers, T. (2020) 'Rejuvenating democracy promotion', *Journal of Democracy*, 31(1), pp. 114–123.
- Chou, M. (2017) 'Have the black knights arisen? China's and Russia's support of autocratic regimes', *Democratization*, 24(1), pp. 175–184.
- Cutright, P. (1963) 'National political development: measurement and analysis', *American Sociological Review*, 28(2), pp. 253–264.
- De Soysa, I. (2003) *Foreign direct investment, democracy, and development: assessing contours, correlates, and concomitants of globalization*. London: Routledge.
- Diamond, L. (2008) 'The democratic rollback: the resurgence of the predatory state', *Foreign Affairs*, 87(2), pp. 36–48.
- Diamond, L. (2010) 'Liberation technology', *Journal of Democracy*, 21(3), pp. 69–83.
- Diamond, L. (2015) 'Facing up to the democratic recession', in L. Diamond e M.F. Plattner (eds) *Democracy in decline?* Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, pp. 98–118.
- Diamond, L. (2019) *Ill winds: saving democracy from Russian rage, Chinese ambition, and American complacency*. New York, NY: Penguin Books.
- Doorenspleet, R. (2004) 'The structural context of recent transitions to democracy', *European Journal of Political Research*, 43(3), pp. 309–335.
- Dukalskis, A. (2021) *Making the world safe for dictatorship*. New York, NY: Oxford University Press.

- EIU (2024) *Democracy Index 2023: Age of conflict*, London: The Economist Intelligence Unit.
- Finkel, S.E., Pérez-Liñán, A. e Seligson, M.A. (2007) 'The effects of U.S. foreign assistance on democracy building, 1990–2003', *World Politics*, 59(3), pp. 404–439.
- Franck, T.M. (1992) 'The emerging right to democratic governance', *American Journal of International Law*, 86(1), pp. 46–91.
- Fukuyama, F. (1992) *The end of history and the last man*. New York, NY: Free Press.
- Fukuyama, F. (2022) *Liberalism and its discontents*. London: Profile Books.
- Gat, A. (2007) 'The return of authoritarian great powers', *Foreign Affairs*, 86(4), pp. 59–69.
- Gerring, J., Hoffman, M. e Zarecki, D. (2018) 'The diverse effects of diversity on democracy', *British Journal of Political Science*, 48(2), pp. 283–314.
- Gleditsch, K.S. (2002) *All international politics is local: the diffusion of conflict, integration, and democratization*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Gorokhovskaia, Y. e Grothe, C. (2024) *Freedom in the World 2024: The Mounting Damage of Flawed Elections and Armed Conflict*, Washington, DC: Freedom House.
- Guilhot, N. (2005) *The democracy makers: human rights and international order*. New York, NY: Columbia University Press.
- Gunitsky, S. (2018) 'Democratic waves in historical perspective', *Perspectives on Politics*, 16(3), pp. 634–651.
- Guriey, S. e Treisman, D. (2022) *Spin dictators: the changing face of tyranny in the 21st century*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Hackenesch, C. e Bader, J. (2020) 'The struggle for minds and influence: the Chinese Communist Party's global outreach', *International Studies Quarterly*, 64(3), pp. 723–733.
- Heine, J. e Weiffen, B. (2015) *21st century democracy promotion in the Americas: standing up for the polity*. London: Routledge.
- Houle, C. (2009) 'Inequality and democracy: why inequality harms consolidation but does not affect democratization', *World Politics*, 61(4), pp. 589–622.
- Huntington, S.P. (1971) 'The change to change: modernization, development, and politics', *Comparative Politics*, 3(3), pp. 283–322.
- Huntington, S.P. (1991) *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Inglehart, R. e Welzel, C. (2005) *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jackman, R.W. (1973) 'On the relation of economic development to democratic performance', *American Journal of Political Science*, 17(3), pp. 611–621.
- Keck, M.E. e Sikkink, K. (1998) *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Krastev, I. e Holmes, S. (2019) *The light that failed: a reckoning*. New York, NY: Penguin Books.
- Lavenex, S. e Schimmelfennig, F. (2011) 'EU democracy promotion in the neighbourhood: from leverage to governance?', *Democratization*, 18(4), pp. 885–909.

- Leininger, J. (2019) 'Democracy promotion', in W. Merkel, R. Kollmorgen e H.-J. Wagener (eds) *The handbook of political, social, and economic transformation*. Oxford: Oxford University Press, pp. 447–458.
- Levitsky, S. e Ziblatt, D. (2018) *How democracies die: what history reveals about our future*. New York, NY: Viking.
- Levitsky, S. e Ziblatt, D. (2023) *Tyranny of the minority: how to reverse an authoritarian turn and forge a democracy for all*. New York, NY: Penguin Books.
- Li, Q. e Reuveny, R. (2003) 'Economic globalization and democracy: an empirical analysis', *British Journal of Political Science*, 33(1), pp. 29–54.
- Linz, J.J. e Stepan, A. (1996) *Problems of democratic transition and consolidation: southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Lipset, S.M. (1959) 'Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy', *American Political Science Review*, 53(1), pp. 69–105.
- Londregan, J.B. e Poole, K.T. (1996) 'Does high income promote democracy?', *World Politics*, 49(1), pp. 1–30.
- Lührmann, A. e Lindberg, S.I. (2019) 'A third wave of autocratization is here: what is new about it?', *Democratization*, 26(7), pp. 1095–1113.
- Mandelbaum, H.G. e Weiffen, B. (2023) 'The Belt and Road Initiative and autocracy promotion as elements of China's grand strategy', in A. Mihr, P. Sorbello e B. Weiffen (eds) *Securitization and democracy in Eurasia: transformation and development in the OSCE region*. Cham, Switzerland: Springer, pp. 361–374.
- McFaul, M. (2002) 'The fourth wave of democracy and dictatorship: noncooperative transitions in the postcommunist world', *World Politics*, 54(2), pp. 212–244.
- Merkel, W. e Kneip, S. (eds) (2018) *Democracy and crisis: challenges in turbulent times*. Cham, Switzerland: Springer.
- Merkel, W. e Weiffen, B. (2012) 'Does heterogeneity hinder democracy?', *Comparative Sociology*, 11(3), pp. 387–421.
- Merkel, P.H. (1968) 'Allied strategies of effecting political change and their reception in occupied Germany', *Public Policy* 17(1), pp. 59–103.
- Milanović, B. (2016) *Global inequality: a new approach for the age of globalization*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Moore Jr, B. (1966) *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Boston, MA: Beacon Press.
- Mounk, Y. (2018) *The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Müller, J.-W. (2016) *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Nord, M. et al. (2024) *Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot*, Gothenburg: Varieties of Democracy (V-Dem) Institute.
- Norris, P. e Inglehart, R. (2019) *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'Donnell, G. e Schmitter, P. (1986) *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- O'Loughlin, J. et al. (1998) 'The diffusion of democracy, 1946–1994', *Annals of the Association of American Geographers*, 88(4), pp. 545–574.

- Parsons, T. (1964) 'Evolutionary universals in society', *American Sociological Review*, 29(3), pp. 339–357.
- Pevehouse, J.C. (2005) *Democracy from above: regional organizations and democratization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Philpott, D. (2007) 'Explaining the political ambivalence of religion', *American Political Science Review*, 101(3), pp. 505–525.
- Pomerantsev, P. (2019) *This is not propaganda: adventures in the war against reality*. London: Faber & Faber.
- Przeworski, A. (1991) *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Przeworski, A. (2019) *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Przeworski, A. e Limongi, F. (1997) 'Modernization: theories and facts', *World Politics*, 49(2), pp. 155–183.
- Puddington, A. (2007) 'The 2006 Freedom House survey: the pushback against democracy', *Journal of Democracy*, 18(2), pp. 125–137.
- Robinson, J.A. (2006) 'Economic development and democracy', *Annual Review of Political Science*, 9(1), pp. 503–527.
- Rød, E.G. e Weidmann, N.B. (2015) 'Empowering activists or autocrats? The internet in authoritarian regimes', *Journal of Peace Research*, 52(3), pp. 338–351.
- Rodrik, D. (1999) *The new global economy and developing countries: making openness work*. Washington, DC: Overseas Development Council.
- Rodrik, D. (2018) *Straight talk on trade: ideas for a sane world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ross, M.L. (2001) 'Does oil hinder democracy?', *World Politics*, 53(3), pp. 325–361.
- Rudra, N. (2005) 'Globalization and the strengthening of democracy in the developing world', *American Journal of Political Science*, 49(4), pp. 704–730.
- Rueschemeyer, D., Huber Stephens, E. e Stephens, J.D. (1992) *Capitalist development and democracy*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Runciman, D. (2018) *How democracy ends*. London: Profile Books.
- Schimmelfennig, F. e Sedelmeier, U. (2004) 'Governance by conditionality: EU rule transfer to the candidate countries of Central and Eastern Europe', *Journal of European Public Policy*, 11(4), pp. 661–679.
- Sen, A.K. (1999) 'Democracy as a universal value', *Journal of Democracy*, 10(3), pp. 3–17.
- Smith, P.H. (2008) *Talons of the Eagle. Latin America, the United States, and the World*. 3rd edn. Oxford: Oxford University Press.
- Starr, H. (1991) 'Democratic dominoes: diffusion approaches to the spread of democracy in the international system', *Journal of Conflict Resolution*, 35(2), pp. 356–381.
- Streck, W. (2016) *How will capitalism end? Essays on a failing system*. London: Verso.
- Ulfelder, J. (2007) 'Natural-resource wealth and the survival of autocracy', *Comparative Political Studies*, 40(8), pp. 995–1018.
- von Borzyskowski, I. (2016) 'Resisting democracy assistance: who seeks and receives technical election assistance?', *Review of International Organizations*, 11(2), pp. 247–282.

Wejnert, B. (2005) 'Diffusion, development, and democracy, 1800–1999', *American Sociological Review*, 70(1), pp. 53–81.

Wolf, M. (2004) *Why globalization works*. London: Yale University Press.

Wolff, J. (2012) 'Democracy promotion, empowerment, and self-determination: conflicting objectives in US and German policies towards Bolivia', *Democratization*, 19(3), pp. 415–437.